

**MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES**

Processo nº. : 13890.000028/95-37
Recurso nº. : 13.810
Matéria : IRPF - EX.: 1994
Recorrente : ISRAEL JOSÉ CAMARGO
Recorrida : DRJ em CAMPINAS - SP
Sessão de : 08 DE JANEIRO DE 1998
Acórdão nº. : 106-09.794

NORMAS PROCESSUAIS - NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO - NULIDADE - AUSÊNCIA DE REQUISITOS ESSENCIAIS - O ato administrativo deve se revestir de todas as formalidades exigidas em lei, sendo nulo por vício de forma a notificação de lançamento que não contiver todos os requisitos prescritos como obrigatórios pelo artigo 11, do Decreto nº 70.235/72.

Acolher a preliminar de nulidade do lançamento.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por ISRAEL JOSÉ CAMARGO.

ACORDAM os Membros da Sexta Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, acolher a preliminar de nulidade do lançamento levantada pelo relator, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.


DIMAS RODRIGUES DE OLIVEIRA
PRESIDENTE e RELATOR

FORMALIZADO EM: 17 JUL 1998

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros MÁRIO ALBERTINO NUNES, WILFRIDO AUGUSTO MARQUES, HENRIQUE ORLANDO MARCONI, ANA MARIA RIBEIRO DOS REIS, ROMEU BUENO DE CAMARGO, LUIZ FERNANDO OLIVEIRA DE MORAES e ROSANI ROMANO ROSA DE JESUS CARDOZO.

**MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES**

Processo nº. : 13890.000028/95-37
Acórdão nº. : 106-09.794
Recurso nº. : 13.810
Recorrente : ISRAEL JOSÉ CAMARGO

RELATÓRIO

ISRAEL JOSÉ CAMARGO, nos autos em epígrafe qualificado, por não se conformar com a decisão de fls. 63 a 68, da qual teve ciência em 01/07/97, recorre a este Conselho de Contribuintes, tendo protocolado sua peça recursal em 24/07/97.

2. Contra o contribuinte foi expedida a Notificação Eletrônica de fl. 04, para formalização da exigência de crédito tributário relativo ao imposto de renda da pessoa física do exercício de 1994, no valor correspondente a 957,79 UFIR de saldo do imposto suplementar a pagar e 478,90 UFIR de saldo da multa de ofício a pagar, em virtude de alteração no valor dos rendimentos recebidos de pessoas jurídicas e do imposto retido na fonte.

3. Por não se conformar com a exigência fiscal, em 29/03/95, o contribuinte apresentou a impugnação de fls. 01/03, aduzindo como suas razões de defesa, em síntese, que, preliminarmente, verifica-se um erro na notificação, a qual informa que o imposto devido é de 4.264,93 UFIR e o imposto retido na fonte de 4.113,90 UFIR, resultando portanto em um imposto a pagar de 151,03 UFIR, o qual é diferente do resultado final da notificação. Informa que utilizou a UFIR diária para converter os valores dos rendimentos, deduções e imposto retido na fonte lançados em sua declaração, pois a conversão pela UFIR mensal provoca distorções quando o salário é pago no próprio mês trabalhado, conforme consta da declaração que anexa, tendo encaminhado correspondência sobre este assunto a várias autoridades e recebido um ofício do Sr. Secretário da Receita Federal no qual admitia-se as dificuldades tributárias do assunto, concluindo que a falta de resposta significa a anuência quanto à realidade dos fatos.



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES**

Processo nº. : 13890.000028/95-37
Acórdão nº. : 106-09.794

4. O julgador singular, após intimar o contribuinte a encaminhar alguns documentos referentes à sua declaração, entendeu por bem acolher parcialmente os argumentos do impugnante, julgando procedente em parte o lançamento, conforme decisão de fls. 63/68, entendendo que o exame da legalidade das normas tributárias, bem como sua constitucionalidade, escapam ao alcance da esfera administrativa, que não é o foro adequado para discussão de matérias sob esses aspectos, sendo que o simples decurso de prazo sem resposta, do ofício enviado, não autoriza a ilação do acolhimento do pleito, que necessita de alteração na legislação.

5. Relativamente aos valores constantes da nova declaração apresentada, afirma a autoridade "a quo" que, dentre as despesas médicas pleiteadas, uma não tem comprovação nos autos e outra possui apenas uma declaração sem nenhum valor fiscal, no tocante à pensão judicial deve prevalecer o valor informado pela fonte pagadora e, no que diz respeito aos dependentes, a parcela dedutível se resume aos meses de janeiro a março, em que os filhos e a ex-esposa ainda eram considerados dependentes, condição que cessou com a sentença homologatória da separação judicial. Considerando que a base de cálculo para aplicação da multa de ofício é o imposto suplementar apurado após a compensação dos valores legalmente permitidos, conclui ser o impugnante devedor ainda do imposto suplementar de 549,03 UFIR e multa de ofício no mesmo valor, conforme demonstrativo que elabora.

6. Na fase recursal, o contribuinte insurge-se contra a não aceitação das duas despesas médicas deduzidas, afirmando que pagou diretamente aos dentistas a mesma importância paga por sua fonte pagadora, em virtude de ser este o sistema de atendimento odontológico dela, e que, de abril a dezembro, continuou com dois dependentes conforme comprova o formal de partilha que anexa, calculando assim que o valor correto do imposto a pagar é de 341,91 UFIR, sem considerar a conversão pela UFIR diária, sistema que acha o mais correto para declarar, tecendo a seguir comentários sobre a apreciação do julgador de primeira



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES**

Processo nº. : 13890.000028/95-37
Acórdão nº. : 106-09.794

instância sobre este tema e concluindo ser de justiça seu direito à restituição de 807,82 UFIR, encontradas por este método de cálculo.

É o Relatório.



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUÍNTES**

Processo nº. : 13890.000028/95-37
Acórdão nº. : 106-09.794

VOTO

Conselheiro DIMAS RODRIGUES DE OLIVEIRA, Relator

O recurso é tempestivo e foi interposto de conformidade com as normas legais e regimentais vigentes. Dele conheço.

2. Antes de adentrar na análise da matéria de fundo, impende consignar constatação que, por ser prejudicial ao mérito discutido nos autos, impõe seja analisada a priori. Trata-se da ausência de indicação na Notificação de Lançamento, do nome e matrícula da autoridade responsável pela sua emissão, detalhe que a princípio, pode ensejar a nulidade do ato administrativo.

3. Tal assertiva se justifica pelo fato de que, como ato constitutivo do crédito tributário, o lançamento pode ser formalizado por dois distintos instrumentos, conforme prevêm os artigos 10 e 11 do Decreto nº 70.235/72, respectivamente denominados auto de infração e notificação de lançamento. Tais dispositivos elencam séries de requisitos de observância obrigatória na prática desses atos, significando, a toda evidência, a exigência de observância de forma prescrita em lei para que os mesmos possam alcançar eficácia no mundo jurídico.

4. Um dos requisitos de indicação obrigatória na Notificação de Lançamento é a identificação da autoridade responsável pela sua emissão, a teor do que dispõe o art. 11, do Decreto nº 70.235/72, que, na parte concernente a esta análise, está assim redigido:

*"Art. 11 - A notificação de lançamento será expedida pelo órgão que administra o tributo e conterà **obrigatoriamente**:"*

I - omissis.

II - omissis.



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES**

Processo nº. : 13890.000028/95-37
Acórdão nº. : 106-09.794

III - omissis.

IV - a assinatura do chefe do órgão expedidor ou de outro servidor autorizado e a indicação de seu cargo ou função e o número de matrícula.

Parágrafo único - Prescinde de assinatura a notificação de lançamento emitida por processo eletrônico.

5. Conforme se observa, o dispositivo em causa, a teor do seu parágrafo único, só faz dispensa da assinatura quando se tratar de notificação de lançamento emitida por processamento eletrônico de dados, persistindo a obrigatoriedade da identificação da autoridade emitente com a indicação de seu cargo ou função e o número de matrícula.

6. No terreno das nulidades, no âmbito do direito tributário, contrariamente ao que pretendem muitos, nem todas as hipóteses que as caracterizam estão descritas no artigo 59 do Decreto nº 70.235/72, dispositivo que, mesmo trazendo preceito de razoável abrangência, só alcança situações onde se depare com atos e termos lavrados por pessoa incompetente, bem assim com despachos e decisões proferidos por autoridade incompetente ou com preterição do direito de defesa, escapando à sua previsão, por exemplo, os atos praticados sem respaldo em disposições expressas de lei, o que é inadmissível em direito tributário e, porque não dizer, em direito público, campos onde há de prevalecer sempre o princípio da reserva legal.

7. A propósito desse entendimento, trago a lume os ensinamentos do ilustre tributarista Antônio da Silva Cabral, extraídos da sua obra *Processo Administrativo Fiscal* págs. 523 e 524. Diz o autor:

"A forma, como disse Seabra Fagundes (O Controle, cit., p 73), 'é o conjunto de solenidades com que a lei cerca a exteriorização do ato administrativo, estabelecendo o vínculo aparente entre a manifestação de vontade e o objeto'.

**MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES**

Processo nº. : 13890.000028/95-37
Acórdão nº. : 106-09.794

No direito fiscal, por exemplo, o lançamento obedece à forma previamente estabelecida em lei. Se a autoridade não preenche os requisitos legais, o lançamento é nulo, por vício de forma.

Um dos equívocos praticados por julgadores de primeira instância e, até, por Câmaras de Conselhos de Contribuintes, consiste na afirmação de que as nulidades são apenas as hipóteses previstas no art. 59 do Decreto n. 70.235/72. Assim, alguns só admitem se possa falar em nulidade de atos, termos, despachos e decisões quando praticados por autoridade incompetente ou com preterição do direito de defesa. Pelas razões acima, logo se vê que nem só essas são as hipóteses de nulidade.

Um lançamento, por isso mesmo, pode ter sido efetuado por autoridade competente e, evidentemente, sem qualquer preterição do direito de defesa, mas ser nulo, por exemplo, por não ter identificado o sujeito passivo."

8. Ou seja, por materializar o ato administrativo do lançamento, como tal, e, até por essa razão, para se situar no plano da eficácia, a notificação de lançamento, tal como o auto de infração, devem trazer elementos suficientes a atestar ter sido o ato praticado por agente capaz, bem assim que o objeto é lícito e que a forma prescrita em lei foi observada.

9. De Plácido e Silva, ao tratar do conceito jurídico de nulidade, menciona a hipótese de **Nulidade absoluta ou substancial** que, segundo o renomado autor, se evidencia quando decorre da omissão de elemento ou requisito essencial à formação jurídica do ato, seja referente à sua forma ou a seu fundo, explicando que:

"A nulidade absoluta infirma o ato de inexistente, podendo ser oposta por qualquer interessado, em razão de seu caráter de ordem pública, ou porque tenha ferido preceito, que lhe estabelece os elementos de vida.

Nulidade expressa ou legal quando vem declarada no próprio texto legal, como cominação pela falta de cumprimento imperativo da lei."

**MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES**

Processo nº. : 13890.000028/95-37
Acórdão nº. : 106-09.794

10. Voltando ao primeiro autor antes citado, na pág. 528 da mesma obra, sobre a interpretação dada por De Plácido e Silva ao termo, deixa entendido o seguinte, conforme suas palavras:

"Entendo que esta distinção apontada por de Plácido e Silva para a teoria das nulidades em geral é apta a esclarecer um pormenor do art. 59 do Decreto nº 70.235/72, ou seja quando este dispositivo mencionou como causas de nulidade de atos, termos, despachos e decisões, quer a incompetência da autoridade ou do agente da Administração, quer a preterição do direito de defesa, quis mencionar hipóteses de nulidade expressa ou legal, sem negar que também existem outras causas que provocam a nulidade absoluta ou a declaração de nulidade. Erram, assim, as decisões e os acórdãos que afirmam ser as hipóteses mencionadas no art. 59 as únicas que podem acarretar a nulidade processual."

11. Frente a essas colocações, não há como deixar de admitir que o ato formalizador da constituição do crédito tributário nestes autos - notificação de lançamento emitida por processo eletrônico de dados, que não traz a identificação da autoridade fiscal responsável pela sua emissão nem a indicação do seu cargo ou função ou até mesmo o seu número de matrícula - padece do vício da nulidade.

12. Não será demais registrar que a própria Secretaria da Receita Federal, via das Instruções Normativas n.º 54, de 13/01/97, e n.º 94, de 24/12/97, orientou aos seus Delegados de Julgamento para que declarem, de ofício, a nulidade dos lançamentos que venham a ser formalizados sem observância aos comentados requisitos, orientação esta que alcança inclusive os processos já formalizados e pendentes de julgamento.

13. Por certo quis a administração tributária, acertadamente, diga-se de passagem, se prevenir contra a real possibilidade de ver os lançamentos formalizados em desacordo com as normas legais antes comentadas, serem declarados nulos pelas instâncias do Judiciário, a exemplo do que vem



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES**

Processo nº. : 13890.000028/95-37
Acórdão nº. : 106-09.794

acontecendo com freqüência, acarretando ao erário os custos impostos pelos ônus de sucumbência, além de outros desgastes que daí podem advir para ambas as partes.

14. Assim, para se evitar que em fases posteriores do processo tal instituto seja invocado, em homenagem ao princípio da economia processual, cumpre seja declarada a nulidade do feito fiscal nesta ocasião.

15. Por essas razões, voto no sentido de que seja declarada a nulidade do lançamento.

Sala das Sessões - DF, 08 de janeiro de 1998.


DIMAS RODRIGUES DE OLIVEIRA

**MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES**

Processo nº. : 13890.000028/95-37
Acórdão nº. : 106-09.794

INTIMAÇÃO

Fica o Senhor Procurador da Fazenda Nacional, credenciado junto a este Conselho de Contribuintes, intimado da decisão consubstanciada no Acórdão supra, nos termos do parágrafo 2º, do artigo 44, do Regimento Interno do Primeiro Conselho de Contribuintes, Anexo II da Portaria Ministerial nº 55, de 16.03.98 (D.O.U. de 17/03/98).

Brasília - DF, em 17 JUL 1998


DIMAS RODRIGUES DE OLIVEIRA
PRESIDENTE DA SEXTA CÂMARA

Ciente em 17 JUL 1998


PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL